



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 3505, DE 2025.

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para incluir os cuidadores familiares de pessoas com deficiência quando estiverem acompanhando a pessoa cuidada.

Autor: Deputado Amom Mandel

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição que altera a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.048/2000), com o objetivo de incluir, no atendimento prioritário, os cuidadores familiares de pessoas com deficiência quando estiverem acompanhando a pessoa cuidada.

O projeto de lei não possui apensos.

A proposição em análise foi distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, do RICD). Compete à CPD apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso XXIII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme artigo 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e possui regime de tramitação ordinário, de acordo com artigo 151, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

II – VOTO DO RELATOR

A presente proposição altera a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.048/2000), com o objetivo de incluir, no atendimento prioritário, os cuidadores familiares de pessoas com deficiência quando estiverem acompanhando a pessoa cuidada. Contudo, apesar de bem-intencionado, o texto merece alguns pontos de atenção.

Primeiramente, a Lei de Acessibilidade, já alterada em 2023 por meio da Lei nº 14.626/2023, dispõe em seu art. 1º, §1º, que os *“acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas referidas no caput serão atendidos, conjunta e acessoriamente, aos titulares da prioridade de que trata esta Lei”*, o que estende aos acompanhantes o atendimento prioritário, conforme o escopo da presente proposição.

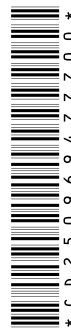
O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conforme §1º do art. 9º, também prevê que o atendimento prioritário é extensivo ao acompanhante ou atendente pessoal.

Além disso, a Política Nacional de Cuidados, Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, igualmente dispõe sobre a prioridade tanto das pessoas cuidadas quanto daqueles que delas cuidam, sejam familiares ou profissionais remunerados.

Dessa forma, verifica-se que o objetivo principal da proposição já se encontra contemplado em diplomas normativos vigentes. Ainda assim, o projeto traz à tona uma discussão relevante: a necessidade de dar visibilidade e atenção àqueles que exercem a função do cuidado.

A valorização do cuidado, ao evidenciar essa pauta, também confere voz às famílias atípicas que, muitas vezes, dedicam-se de forma exclusiva, buscando oferecer conforto, tratamento adequado e melhores condições de vida a filhos, sobrinhos, netos, irmãos, pais, mães, avós, entre outros. Trata-se de um esforço essencial para assegurar dignidade à pessoa cuidada.

Cumprе destacar, ademais, que o trabalho do cuidado sustenta o funcionamento da coletividade e impacta diretamente o desenvolvimento econômico, embora historicamente seja subvalorizado e invisibilizado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

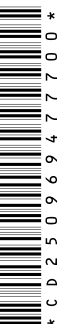
A proposição, portanto, embora encontre respaldo em diplomas normativos já vigentes, reforça a necessidade de tornar essa informação explícita e visível nos espaços de atendimento, garantindo maior efetividade ao direito e evitando que a falta de comunicação clara constitua barreira ao exercício da prioridade legalmente assegurada.

Nesse sentido, visando conferir maior segurança às normas já existentes, apresento texto substitutivo para assegurar que a informação sobre o atendimento prioritário extensivo aos acompanhantes conste de forma clara nos informativos de prioridade.

Com base em todo o exposto, levando em consideração as competências desta Comissão sobre o mérito, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3505, de 2025, na forma do substitutivo.

Sala das Comissões, em de outubro de 2025.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 03/10/2025 16:40:02.787 - CPD
PRL 1 CPD => PL 3505/2025

PRL n.1

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3505, DE 2025.

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para determinar que o atendimento prioritário estendido aos acompanhantes ou atendentes pessoais esteja claro e explícito nos informativos de identificação e sinalização de atendimento prioritário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para determinar que o atendimento prioritário estendido aos acompanhantes ou atendentes pessoais esteja claro e explícito nos informativos de identificação e sinalização de atendimento prioritário.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º.....

§1º Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas referidas no **caput** serão atendidos junta e acessoriamente aos titulares da prioridade de que trata esta Lei, devendo tal informação constar de forma clara e explícita nos informativos e sinalizações de atendimento prioritário.

.....” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de outubro de 2025.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator

